



Serviço Nacional de Aprendizagem do
Cooperativismo no Estado de Roraima

Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório
do Auditor Independente sobre as demonstrações
contábeis

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Avenida 136 n° 761, 14° pavimento
Edifício Nasa Business Style | Setor Sul
Goiânia | GO | Brasil

T +55 62 3215.8444
F +55 62 3215.8499
www.grantthornton.com.br

Aos:
Administradores e Conselheiros do
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Roraima
Boa Vista - RR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima (Sescoop RR ou Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos eventuais impactos que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidade sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Base para opinião com ressalva Ativo imobilizado

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 5, ao longo do exercício de 2016 a Entidade iniciou, através de empresa terceirizada, um processo de levantamento e revisão do controle de ativo imobilizado, o qual demonstrou preliminarmente uma diferença de R\$ 56.331 a menor em relação aos registros contábeis. Entretanto, essa revisão compreenderá ainda a conciliação entre valores contábeis e controle individual de bens oriundo deste levantamento; taxas de depreciação e recuperabilidade dos ativos, a qual não havia sido concluída até a data de emissão do nosso relatório. Como consequência, não foi possível formar opinião em relação às despesas de depreciação, registradas no exercício de 2016, bem como identificar eventuais efeitos que possam decorrer da finalização do levantamento e conciliação do ativo fixo que está sendo exercido pela Entidade.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir

intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação foram por nós auditadas, cujo relatório foi emitido em 08 de abril de 2016 com modificação relacionada a correção de erros de anos anteriores, registrados diretamente no patrimônio, sem a devida reapresentação para fins de comparação como previsto no CPC 23, sem efeito neste exercício.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar e cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

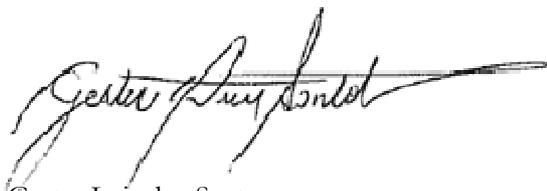
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos quando identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 13 de abril de 2017.



Gester Luis dos Santos

Contador CRC SP-216916/O T-GO

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC SP-025.583/O-1 "S" – RR

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

ATIVO			
	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	485.857	260.246
Outros Créditos	4	10.645	5.297
Despesas pagas antecipadas	-	1.542	1.603
Total do ativo circulante		<u>498.044</u>	<u>267.146</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado	5	<u>146.212</u>	<u>146.938</u>
Total do ativo não circulante		<u>146.212</u>	<u>146.938</u>
Total do ativo		<u><u>644.256</u></u>	<u><u>414.084</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar	6	22.513	-
Salários, encargos sociais e imposto a recolher	7	24.526	15.357
Provisões trabalhistas e de encargos previdenciários	8	22.654	25.578
Outras Obrigações	-	2.310	2.310
Obrigações com convênios	9	137.418	84.395
Total do passivo circulante		<u>209.421</u>	<u>127.640</u>
Patrimônio líquido			
Patrimônio Social	11	434.835	286.444
		<u>434.835</u>	<u>286.444</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>644.256</u>	<u>414.084</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	12	1.249.254	1.330.281
(Despesas)/ outras receitas operacionais			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	13	(325.859)	(267.806)
Despesas Administrativas	14	(160.303)	(215.457)
Despesas de serviços profissionais contratados	15	(604.344)	(641.196)
Despesas institucionais	-	(48.385)	(13.812)
Despesas tributárias	-	-	(468)
Despesas de depreciações	5	(3.646)	(5.114)
Outras receitas/despesas operacionais	16	13.207	(9.400)
		----- (1.129.330)	----- (1.153.253)
Superávit antes do resultado financeiro		----- 119.924	----- 177.028
Resultado financeiro líquido	17	28.467	15.065
Superávit do exercício		----- ----- 148.391	----- ----- 192.093

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

	<u>Notas</u>	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos acumulados em 31/12/2013		73.630	-	73.630
Superávit do exercício	-	-	192.093	192.093
Ajustes de exercícios anteriores	11.1	-	20.721	20.721
Transferência para patrimônio social	-	212.814	(212.814)	-
Saldos acumulados em 31/12/2014		286.444	-	286.444
Superávit do exercício	-	-	148.391	148.391
Transferência para patrimônio social	-	148.391	(148.391)	-
Saldos acumulados em 31/12/2015		434.835	-	434.835

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

	2016	2015
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superavit do exercício	148.391	192.093
Ajustes para reconciliar o superavit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação	3.646	5.114
Baixa imobilizado	-	9.421
Provisão para perda	-	-
	152.037	206.628
(Aumento) nos ativos		
Outros créditos	(5.348)	(5.293)
Despesas pagas antecipadas	61	292
Convênios e projetos	-	14.788
	(5.287)	9.787
Aumento nos passivos		
Contas a pagar	22.513	(7.631)
Salários, encargos sociais e imposto a recolher	9.169	4.769
Provisões trabalhistas e de encargos previdenciários	(2.924)	(21.355)
Outras Obrigações	-	2.280
Obrigações com convênios	53.023	23.573
	81.781	1.636
Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais	228.531	218.051
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Adições do ativo imobilizado	(2.920)	(151.555)
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimento	(2.920)	(151.555)
Fluxos de caixa nas atividades de financiamentos		
Ajustes de exercícios anteriores - Patrimônio social	-	20.721
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos	-	20.721
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	225.611	87.217
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	260.246	173.029
No final do exercício	485.857	260.246
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	225.611	87.217

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O Sescoop integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do Sescoop evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema Sescoop opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional, o Sescoop Nacional (Sescoop NA), com sede em Brasília, e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com uma grande capilaridade, o que, entre outras vantagens, confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O Sescoop está sujeito, ainda, à auditoria externa independente e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria-Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

De acordo com o Artigo 150. da Carta Magna:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003) – VI – Instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; § 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que é imune de qualquer tipo de imposto, inclusive sobre rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tendo em vista que esta remuneração trata-se predominantemente de uma recomposição de perdas por reflexos inflacionários e que tanto o valor principal quanto o acessório (rendimento) são aplicados fundamentalmente nas finalidades essenciais de seu objeto social.

De acordo com o inciso I do Artigo 12. do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, o Sescoop RR está isento também da contribuição social.

As operações dos Sescoops estaduais são substancialmente mantidas por meio de recebimentos do repasse de recursos efetuados pelo Sescoop Nacional. Havendo déficit apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A entidade não tem outros resultados abrangentes além do resultado do exercício.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Entidade no dia 13 de abril de 2017.

2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do SESCOOP RR, especificamente as suas despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao SESCOOP RR são reconhecidas contabilmente quando da sua origem, a qual se dá através dos efetivos repasses recebidos.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável, quando necessário, de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 5.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Contas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao SESCOOP RR bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.5. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário, encargos e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação sejam prováveis, as quais ocorram nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.7. Receitas de despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.8. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais, a seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e **(iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.4 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, das quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Entidade, visto que o CPC ainda não fez a emissão dos pronunciamentos locais equivalentes. A Entidade está avaliando os impactos da adoção nas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Receita de Contratos com Clientes;
- IFRS 16 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – Operações de Arrendamento Mercantil

2.5. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Superintendência administrativa —> órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal —> órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho de administração —> órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia concentração de risco de crédito relevante, assim como a entidade não possuía qualquer operação relacionada a derivativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento (com restrição) (b)	60.074	13.299
Banco conta movimento (sem restrição)	38.062	29.172
Aplicações financeiras (a)	310.377	133.380
Aplicações financeiras (com restrição) (a) e (b)	77.344	84.395
Total	485.857	260.246

(a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade de Poupança e Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI).

(b) Tratam-se de recursos recebidos para projetos/convênios específicos, os quais são controlados em contas separadas e tem restrições de uso a não ser para os projetos/convênios a que se destinam.

4. Outros créditos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Gastos diversos (a)	270.036	270.036
Provisão para perda (a)	(270.036)	(270.036)
Outros créditos	10.645	5.297
Total	10.645	5.297

a) Sede da Entidade sofreu acidente causado por incêndio, tendo grande parte da documentação danificada (perda total/parcial). Desta forma, os pagamentos realizados no período de outubro a dezembro de 2014, cuja documentação não pode ser recuperada, foram registradas no ativo e consequentemente constituída provisão para perda. Na medida em que a Entidade for obtendo novamente os documentos que suportem os pagamentos e despesas, a provisão para perda será revertida.

5. Imobilizado

Descrição	% – Taxas anuais de depreciação	31/12/2016			31/12/2015
		Custo	Depreciado	Líquido	Líquido
Benfeitorias Em Imóveis de Terceiros	20%	60.042	(3.313)	56.729	57.180
Moveis e Utensílios	10%	33.400	(1.392)	32.008	32.843
Veículos	20%	99.700	(99.700)	-	-
Máquinas e Equipamentos	10%	27.810	(1.610)	26.200	23.903
Equipamentos de Informática	20%	34.750	(3.475)	31.275	33.012
Total do imobilizado		255.702	(109.490)	146.212	146.938

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2014	Adição	Baixa (a)	Depreciação	Baixa Depreciação (a)	Saldo líquido em 31/12/2015
Benfeitorias Em Imóveis de Terceiros	496	58.515	-	(1.831)	-	57.180
Moveis e Utensílios	-	33.400	(6.542)	(557)	6.542	32.843
Máquinas e Equipamentos	4.062	24.890	(41.521)	(988)	37.460	23.903
Equipamentos de Informática	1.702	34.750	(33.987)	(1.738)	32.285	33.012
Outros Bens Móveis	3.658	-	(5.355)	-	1.697	-
Total	9.918	151.555	(87.405)	(5.114)	77.984	146.938

(a) Em função da perda ocorrida no incêndio em fevereiro de 2015, a Entidade levantou as perdas físicas e através da Ata 61 (sexagésima primeira) de reunião ordinária do conselho administrativo, formalizou e aprovou as baixas dos saldos contábeis remanescentes.

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2016:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2015	Adição	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2016
Benfeitorias Em Imóveis de Terceiros	57.180	-	(451)	56.729
Moveis e Utensílios	32.843	-	(835)	32.008
Máquinas e Equipamentos	23.903	2.920	(623)	26.200
Equipamentos de Informática	33.012	-	(1.737)	31.275
Total	146.938	2.920	(3.646)	146.212

No exercício de 2016 a Entidade iniciou, através de empresa terceirizada, um processo de levantamento e revisão do controle de ativo imobilizado, o qual demonstrou preliminarmente uma diferença de R\$ 56.331 a menor em relação aos registros contábeis. Essa revisão compreenderá ainda a conciliação entre valores contábeis e controle individual de bens oriundo deste levantamento, bem como revisão da vida útil para fins de depreciação e recuperabilidade dos ativos. A conclusão destes procedimentos será no exercício de 2017.

6. Contas a pagar

Obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores de serviços	22.513	-
Total	22.513	-

7. Salários, encargos sociais e impostos a recolher

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários e as retenções de impostos sobre a prestação de serviços, cuja posição está descrita a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Salários a pagar	783	2.002
INSS a recolher	17.085	7.960
FGTS a recolher	1.215	1.722
PIS a recolher	81	212
IRRF a recolher	4.585	3.374
Outros	777	87
Total	24.526	15.357

8. Provisões trabalhistas e de encargos previdenciários

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes das folha de pagamento dos funcionários.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de férias	16.113	19.275
Provisão INSS sobre férias	3.819	4.568
Provisão FGTS sobre férias	1.289	1.542
Provisão PIS sobre férias	161	193
Provisão FGTS sobre 13 salário	1.131	-
Provisão PIS sobre 13 salário	141	-
Total	22.654	25.578

9. Obrigações com convênios

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Projeto Especial Fundcoop	137.418	84.395
Total	137.418	84.395

A Entidade recebeu recursos do SESCOOP Nacional para realização do Projeto Especial Fundcoop 035/2013, cujo tema é “Especialização em Gestão de Cooperativas” com período de término em dezembro de 2017. Enquanto o recurso não for aplicado no projeto, o mesmo é mantido como uma obrigação, tendo em contra partida uma aplicação financeira.

10. Provisão para demandas judiciais

A Entidade não é parte em processos judiciais e/ou administrativos em andamento.

11. Patrimônio social

O patrimônio social é composto substancialmente de superávit e déficit acumulados, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Social	434.835	286.444
Total	434.835	286.444

11.1 Ajustes de exercícios anteriores

No decorrer do exercício de 2015, a Entidade identificou-se a necessidade de realização de correção de erros, correspondentes aos exercícios anteriores, os quais foram registrados diretamente ao patrimônio social e estão assim compostos:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
FGTS/PIS sobre folha de pagamento	-	(2.355)
Projeto MBA em gestão de cooperativas	-	(14.788)
Contas a pagar	-	7.631
Provisões trabalhistas e previdenciárias	-	30.233
Total	-	20.721

12. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receita de contribuições (a)	295.860	271.325
Receitas de transferências (b)	939.244	939.769
Receitas de projetos especiais (Fundcoop/MBA)	14.150	119.187
Total	1.249.254	1.330.281

- (a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS (2,5% sobre da folha de pagamento) para o SESCOOP Nacional;
- (b) Refere-se a complemento de recurso repassado pelo SESCOOP Nacional para aplicação na atividade do cooperativismo;

13. Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Salários e proventos	(209.106)	(185.862)
Encargos trabalhistas	(87.986)	(59.846)
Benefícios	(28.767)	(22.098)
Total	(325.859)	(267.806)

14. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Dirigentes e conselheiros	(7.924)	(4.925)
Ocupação e serviços públicos	(24.751)	(7.140)
Comunicações	(28.494)	(24.986)
Passagens e locomoções	(5.376)	(47.534)
Diárias e hospedagens	(19.963)	(47.568)
Materiais diversos (a)	(73.795)	(83.304)
Total	(160.303)	(215.457)

- (a) Este montante está substancialmente representado por despesas de computáveis e lubrificantes, material de copa e limpeza, expediente, informática e refeições e lanches.

15. Despesa com serviços profissionais contratados

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Instrutores e consultoria	(484.606)	(480.465)
Serviços técnicos especializados	(56.841)	(90.705)
Serviços de transportes	(29.723)	(21.249)
Serviços gerais	(18.338)	(25.349)
Estagiários	(9.220)	(1.800)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(5.616)	(21.628)
Total	(604.344)	(641.196)

16. Outras receitas/despesas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de despesas	13.207	21
Custo na baixa do ativo imobilizado	-	(9.421)
Total	13.207	(9.400)

17. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	29.640	16.546
Total	29.640	16.546
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1.173)	(1.481)
Total	(1.173)	(1.481)
Resultado financeiro líquido	28.467	15.065

18. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

De acordo com o regimento interno do Sescop Nacional e Roraima é princípio sistêmicos a não remuneração dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal.

19. Seguros (não auditado)

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.